



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

VOTO Nº: 6717

AP. CÍVEL Nº: 103.662.4/6-00 - São Paulo

APTE.: PEDRO LINDOLFO SARLO

APDA.: GRUPO DE COMUNICAÇÕES TRÊS S/A

**INDENIZAÇÃO POR DANOS
MORAIS** - Ausência de prova de
culpa da apelada, que limitou-se
ao exercício de seu direito de
informação, baseada em
depoimentos e documentos que
obteve na época - Apelo negado.

PEDRO LINDOLFO SARLO interpôs a
presente apelação contra respeitável sentença (fls. 285/287), com
relatório adotado, que julgou improcedente ação de indenização por
danos morais proposta contra GRUPO DE COMUNICAÇÕES TRÊS
S/A.

Os embargos de declaração (fls. 293/299)
foram rejeitados (fls. 300vº).

Irresignado, apela o vencido (fls. 302/311),
requerendo a reforma da decisão, alegando, em preliminar,
cerceamento de defesa por indeferimento de produção de prova
documental e testemunhal. No mérito, alega, em síntese, que as provas
dos autos não foram devidamente apreciadas e que a conduta da
apelada ao publicar a reportagem foi dolosa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

225
8

Recurso tempestivo, bem processado, com resposta (fls. 315/318), sustentando a manutenção da sentença recorrida.

É o relatório.

Trata-se de ação de indenização por danos morais decorrentes de publicação veiculada pela revista "Isto É" de 28/janeiro/98, sob o título "Imigração suspeita" (fls. 53vº dos autos), envolvendo o nome do agravado como intermediador na concessão de vistos para ingresso de estrangeiros no Brasil.

A preliminar alegada pelo recorrente não merece acolhida. O julgamento antecipado da lide impunha-se, ante a verificação de que para comprovação do dano e da culpa é desnecessária a produção de prova oral. Quanto à documental, como é sabido, deve ser anexada juntamente com a inicial (ou a contestação se for o caso), e não em audiência de instrução e julgamento, após saneado o feito (artigo 396 do Código de Processo Civil). Encontra-se afastado, portanto, o alegado cerceamento de defesa.

Não mais, o reclamo improcede.

Segundo os documentos juntados aos autos, merecendo especial atenção o relatório acostado as fls. 145/153, demonstram que os jornalistas autores da matéria, Andréa Michael e

Voto nº 6717 - Ap. Civil nº 103.662.4/6-00 - São Paulo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

230
8

Mino Pedrosa, não falsearam a verdade, ou agiram com dolo, mesmo com culpa.

Trilhando o chamado "jornalismo investigativo", construíram o escrito, alvo da presente demanda, fundeado em tudo aquilo que colheram, depois de ouvirem diversas autoridades, e outras pessoas, que de certa forma poderiam prestar esclarecimentos, ou demonstrarem as ligações diretas ou indiretas com o deferimento de autorizações de imigração em caráter permanente para o trabalho no País, de origem chinesa que culminaram na exoneração pelo Presidente da República de Plínio Sarti, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho.

Cabe lembrar que o articulista não está obrigado a aguardar o surgimento da chamada verdade real para publicar o acontecido. Mas, sim reproduzir o que colheu, abrigado em fatos conjunturais e deduções policiais, limitado tão somente por aqueles de ordem informativa.

Tudo porque, a reportagem estribada em fatos policiais, judiciais e de atos derivados da autoridade pública, não geram responsabilidade, despidas do propósito de injuriar, e sim tidas como derivadas do direito de informar, assegurada pela Constituição, na liberdade de expressão, vale dizer, na de informação, dogma irrefutável inerente aos órgãos de imprensa.

[Assinatura manuscrita]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

231
8

Inclusive, na espécie, os jornalistas, consoante deflui do anotado nos autos, tentaram assegurar ao reclamante o chamado direito de resposta, o contraditório, abrindo espaço para que prestasse os devidos e necessários esclarecimentos, sem sucesso, tanto que foi procurado.

Mas não é só. Com efeito, a Carta Magna, assegura a enfocada liberdade, porém pune o abuso capaz de configurar o ilícito penal e civil, assegurando, neste último caso, o ressarcimento material e mora, que é nesta ação buscado (art. 5º, incisos IV e V, C.F.).

Exatamente neste campo permeia a imunidade do jornalista, contemplando determinadas exceções, como a já destacada, que lhe é própria e inerente, outras, fincada em fatos e comentários sobre determinados assuntos consagrados como de interesse coletivo, taxativamente desfilados (art. 27, da Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967).

Portanto, quando a matéria veiculada se enquadra em uma das situações definidoras do não abuso, evidentemente não se caracteriza a causa geradora do dever de indenizar.

Freitas Nobre, comentando a mencionada ordem legal, salienta que tais disposições são necessárias para que nenhuma dúvida subsista quanto ao direito de transmitir aos leitores ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

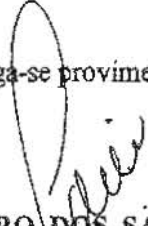
22
8

ouvintes os fatos e comentários a respeito de determinados assuntos de interesse coletivo (Comentários a Lei de Imprensa, Saraiva, 1999, pág. 125).

Estaria a revista, assim, ainda que não estivesse agindo em consonância com o direito de informar, amparada pela impunidade de seus redatores escorada nos incisos VI e VIII, crítica, e essa só é possível depois de narrados os fatos, do ato do Poder Executivo (demissão de alto funcionário) e no interesse público, levar ao conhecimento geral determinadas mazelas.

A respeitável sentença bem apreciou a questão e fica mantida.

Nega-se provimento.


RIBEIRO DOS SANTOS

Relator